

**ÁGUAS DE NITERÓI S.A.**

CNPJ 02.150.336/0001-66

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)				
		Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	6		187.246	117.559
Contas a receber de clientes	7		71.076	75.850
Estoques			4.984	3.981
Despesas antecipadas			3.204	2.155
Créditos com partes relacionadas	18		461	208
Tributos a recuperar			91	103
Outros ativos			3.795	2.781
			270.857	202.637
<b>Não circulante</b>				
Outras aplicações financeiras			1.803	1.543
Contas a receber de clientes	7		4.269	-
Depósitos judiciais			15.925	15.073
Tributos a recuperar			84	133
Ativo de direito de uso	8		1.774	67
Imobilizado	9		3.720	2.850
Ativo de contrato	10		82.861	63.657
Intangível	11		317.560	301.649
			427.996	384.372
			698.853	587.009
<b>Total do ativo</b>		<b>Nota</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	12		19.812	18.935
Empréstimos e financiamentos	13		7.364	7.259
Passivos de arrendamento	13		880	82
Notas comerciais escriturais	14		26.917	27.527
Obrigações tributárias	15		8.128	6.475
Obrigações trabalhistas			7.943	7.362
Ônus da concessão			4.400	4.206
Obrigações com acionistas	18		120.587	89.078
ICMS a devolver a clientes			2.273	2.297
Débitos com partes relacionadas	18		3.157	3.032
Outras obrigações			5.696	5.877
			207.157	172.130
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	14		186.039	148.256
Passivos de arrendamento	14		1.023	-
Notas comerciais escriturais	15		12.141	36.243
Tributos diferidos	16		5.851	1.034
Provisões para contingências	17		6.488	8.041
			211.542	193.574
<b>Patrimônio líquido</b>	19			
Capital social			151.000	151.000
Reservas de lucros			129.154	70.305
			280.154	221.305
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>			<b>698.853</b>	<b>587.009</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
<b>Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)</b>				
		Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	20		673.536	635.167
Custo dos serviços prestados	21		(340.612)	(313.888)
Lucro bruto			332.924	321.279
Recargas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	22		(107.572)	(132.013)
Outras receitas operacionais			3.443	741
			(104.129)	(131.272)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>			<b>228.795</b>	<b>190.007</b>
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	23		24.052	18.407
Despesas financeiras	23		(19.624)	(17.480)
			4.428	927
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>			<b>233.223</b>	<b>190.934</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16b		(66.954)	(49.448)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	16b		(4.817)	(3.865)
Lucro líquido do exercício			161.452	137.621
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)</b>				
			31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício			161.452	137.621
Outros resultados abrangentes			-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>			<b>161.452</b>	<b>137.621</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)</b>				
	<b>Reserva de lucros</b>			
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Retenção de lucros
				Lucros acumulados
				Patrimônio líquido
Saldos 1º de janeiro de 2024	151.000	30.200	9.824	59.234
Lucro líquido do exercício	-	-	-	137.621
Dividendos intermediários	-	-	(9.824)	(47.820)
Dividendos intercalares	-	-	-	(60.000)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(14.525)
Proposta de destinação do resultado do exercício	-	-	-	-
Reserva de investimentos	-	-	2.161	(2.161)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(34.405)
Retenção de lucros	-	-	-	41.055
Saldos 31 de dezembro de 2024	151.000	30.200	2.161	37.944
Lucro líquido do exercício	-	-	-	161.452
Dividendos intermediários	-	-	-	(21.944)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(16.000)
Proposta de destinação do resultado do exercício	-	-	-	-
Reserva de investimentos	-	-	4.839	(4.839)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(40.363)
Dividendos extraordinários	-	-	-	(24.296)
Retenção de lucros	-	-	-	91.954
Saldos 31 de dezembro de 2025	151.000	30.200	7.000	91.954
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)</b>				
			31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			233.223	190.934
Lucro antes dos tributos sobre o lucro				
Ajustes para conciliar o lucro antes dos impostos ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização			27.418	26.752
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos e amortização dos custos de transação			8.165	7.790
Juros sobre notas comerciais escriturais e amortização dos custos de transação			7.346	9.405
Ganho com operações de swap			-	(513)
Variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos			1.753	648
Atualização monetária das contingências			(1.181)	(3.292)
Provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber			3.386	27.963
Reversão de contingências			(372)	(2.045)
Resultado na alienação de imobilizado e intangível			(90)	(9)
Ganho com derivativos			-	493
Variações dos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes			(2.881)	(26.336)
Estoques			(1.003)	(3.275)
Depósitos judiciais			(852)	(3.194)
Tributos a recuperar			(6.282)	(742)
Despesas antecipadas			(1.049)	(12)
Outros ativos			(1.014)	(222)
Outras aplicações financeiras			(260)	(69)
Fornecedores			877	892
Ônus da concessão			194	(62)
Obrigações tributárias			(2.811)	(2.480)
Obrigações trabalhistas			581	(576)
ICMS a devolver a clientes			(24)	104
Partes relacionadas, líquidas			(128)	1.008
Outras obrigações			(181)	201
			264.815	223.501
Pagamento de imposto de renda e contribuição social			(58.547)	(50.158)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos			(13.083)	(11.965)
Pagamento de juros sobre arrendamentos			(357)	(79)
Pagamento de juros sobre notas comerciais escriturais			(7.772)	(11.043)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			185.056	150.256
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao imobilizado			(1.790)	(1.199)
Adições ao ativo de contrato e intangível			(51.020)	(29.309)
Valor recebido pela venda de imobilizado e intangível			144	34
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos			(52.666)	(30.474)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos			(68.694)	(111.689)
Captações de empréstimos e financiamentos			37.099	34.802
Pagamento dos arrendamentos			(844)	(1.048)
Pagamento das notas comerciais escriturais			(24.286)	(30.944)
Pagamento dos empréstimos e financiamentos			(5.978)	(18.972)
Derivativos recebidos			-	433
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos			(62.703)	(127.418)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa			69.687	(7.636)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			117.559	125.195
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			187.246	117.559
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</b>				
<b>1. Contexto operacional:</b> A Águas de Niterói S.A. (a "Concessionária"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada à Rua Marquês do Paraná, 110, Centro, no Município de Niterói, Rio de Janeiro - Brasil, controlada pela Sanear Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma sociedade de propósito específico de concessão entre a Prefeitura do Município de Niterói, a Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento - EMUSA e a Águas de Niterói S.A. (Concessionária), através do Contrato de Concessão nº 09/97 de 24 de outubro de 1997, com prazo de 30 anos, prorrogáveis, a partir da emissão da ordem de serviço inicial do contrato, que foi em 05 de novembro de 1999. Em 7 de dezembro de 2007, 11 de novembro de 2015 e em 02 de outubro de 2025 foram assinados aditivos para prorrogação do contrato de concessão por				

mais 153, 87 e 120 meses, respectivamente, fazendo com que o término do contrato passasse para novembro de 2059. O objeto da Concessionária é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período da Concessão. O presente contrato de concessão possui cláusula de outorga, onde o percentual de 3,233% é aplicado sobre a arrecadação bruta oriunda do fornecimento de água tratada e coleta e tratamento de esgoto. Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para o planejamento dos serviços concedidos, serão revertidos automaticamente para a Prefeitura de Niterói sem contrapartida financeira. **Reforma tributária:** Em 2025, a reforma tributária sobre o valor agregado foi regulamentada por meio da Lei Complementar nº 214/2025 ("Reforma"), prevendo a substituição de tributos como PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI pelos tributos Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS") e Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"). O objetivo é simplificar o sistema tributário brasileiro e aumentar a eficiência operacional e o grau de transparência na cadeia de circulação de bens e serviços. O período de transição para a nova metodologia de tributação ocorre entre 2026 e 2032, com elevação gradual até alcançar a alíquota plena em 2033, não havendo incidência, no primeiro ano de transição, dos novos tributos implementados pela reforma. A Concessionária permanece acompanhando de forma contínua os desdobramentos regulatórios e operacionais decorrentes da Reforma, incluindo avaliação de impactos futuros em sua operação e créditos tributários. Adicionalmente, a Concessionária está realizando revisões em seus sistemas e processos internos para garantir a conformidade com os novos requisitos legais. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** 2.1. **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1) na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 20 de março de 2026, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Concessionária. **3. Políticas contábeis materiais:** **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através da provisão para perdas esperadas de crédito para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. **3.3. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Beneficentários em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Outros imobilizados	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.4. Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. **3.5. Intangível:** a) **Sistema de água e esgoto:** A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) **Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **3.6. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: **Ativos financeiros - custo amortizado:** São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. **Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado:** São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. **Ativos financeiros - mensuração inicial:** No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. **Ativos financeiros - mensuração subsequente:** • Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Passivos financeiros - reconhecimento inicial:** Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamentos, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. **Passivos financeiros - mensuração subsequente:** • Custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • Valor justo por meio do resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. **3.8. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da tran-

sação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. **3.9. Tributos: Imposto de renda e contribuição social correntes:** A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o

**ÁGUAS DE NITERÓI S.A.**

CNPJ 02.150.336/0001-66

dificuldades destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: (i) IFRS 1 - Adoção inicial das normas internacionais de relatório financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das normas internacionais de contabilidade); (ii) IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciamento) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7; (iii) IFRS 9 - Instrumentos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos financeiros); (iv) IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas); e (v) IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de Caixa). Em decorrência das alterações citadas, o CPC deverá refletir tais mudanças em futuras revisões nos respectivos pronunciamentos. Os efeitos terão início em ou pós 1º janeiro de 2026. Não são esperados impactos materiais nas demonstrações financeiras em decorrência das alterações.

**Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais:** As alterações somente se aplicam a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e: • Esclarecem a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos. • Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos. • Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Tais alterações terão início em ou pós 1º janeiro de 2026, sendo sua adoção antecipada permitida desde que divulgada. Em convergência com as normas internacionais, o CPC deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 e do CPC 40 (R1). Tais alterações, a princípio, não trazem impacto material sobre as demonstrações financeiras da Concessionária. No entanto, a Concessionária continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará, após as revisões emitidas pelo CPC, a necessidade de atualização de suas políticas e ou processos.

**4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. **Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão:** A Concessionária determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, a Concessionária considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Concessionária reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetar a sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir.

**Estimativas e premissas contábeis:** As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: a) **Vida útil dos ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária. b) **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. c) **Provisão para perdas esperadas de crédito para contas a receber:** A Concessionária registra as perdas esperadas de crédito de contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vendoando da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Concessionária acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes. d) **Receita não faturada:** As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.11 e 7.5.

**Gestão de riscos financeiros: 5.1. Instrumentos financeiros por categoria:** A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são como segue:

Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros					
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2 186.565	188.565	117.495	117.495
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	- 75.345	75.345	75.850	75.850
Outras aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	Nível 2 1.803	1.803	1.543	1.543
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	- 461	461	208	208
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	- 19.812	19.812	18.935	18.935
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	- 193.403	232.715	155.515	155.515
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	- 1.903	1.903	82	82
Notas comerciais escriturais	Custo amortizado	- 39.058	35.751	63.770	63.770
Ônus da concessão	Custo amortizado	- 4.400	4.400	4.206	4.206
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	- 3.157	3.157	3.032	3.032

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária.

**Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. **Risco de taxas de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações, assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos e notas comerciais escriturais em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") e da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e empréstimos e financiamentos e notas comerciais escriturais (sem os custos de transação), utilizou as projeções do CDI, IPCA e TJLP para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Banco Itaú e Focus, do Banco Central do Brasil. O cenário I corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III correspondem a uma alteração positiva e negativa de 25% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário		Cenário III+25%
			provável	-25%	
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	186.565	210.128	204.233	216.024
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(126.970)	(132.061)	(130.792)	(133.341)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(69.037)	(73.766)	(72.586)	(74.947)
Notas comerciais escriturais	CDI	(39.118)	(44.059)	(42.822)	(45.295)
Passivo líquido		(48.560)	(39.758)	(41.967)	(37.549)
Efeito líquido			8.802	6.593	11.011
CDI (a.a.)			12,63%		
TJLP (a.a.)			6,85%		
IPCA (a.a.)			4,01%		

**5.3. Risco de liquidez:** É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos aos financiamentos e notas comerciais escriturais, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores não descontados):

	Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos		Acima de dois anos
			Valor contábil	Menos de um ano	
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	19.812	19.812	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	196.007	7.622	6.661	181.724	-
Passivos de arrendamento	1.903	880	1.023	-	-
Notas comerciais escriturais	39.118	26.975	12.143	-	-
Ônus da concessão	4.400	4.400	-	-	-
Débitos com partes relacionadas	3.157	3.157	-	-	-
	264.397	62.846	19.827	181.724	-
			Entre um e dois anos	Acima de dois anos	
	Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos	
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	18.935	18.935	-	-	-

Empréstimos e financiamentos	158.765	7.479	6.183	145.103
Passivos de arrendamento	82	82	-	-
Notas comerciais escriturais	64.127	27.698	36.429	-
Ônus da concessão	4.206	4.206	-	-
Débitos com partes relacionadas	3.032	3.032	-	-
	249.147	61.432	42.612	145.103

**5.4. Gestão de capital:** Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condições com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento e notas comerciais escriturais subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim resumidos:

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	193.403	155.515
Passivos de arrendamento (Nota 14)	1.903	82
Notas comerciais escriturais (Nota 15)	39.058	63.770
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(187.246)	(117.559)
(-) Outras aplicações financeiras (Nota 8)	(1.803)	(1.543)
Dívida líquida (a)	45.315	100.265
Total do patrimônio líquido (b)	280.154	221.305
Total do capital (a+b)	325.469	321.570
Índice de alavancagem financeira - % [(a)/(a+b)]	13,92%	31,18%

**6. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e bancos	681	64
Aplicações financeiras	186.565	117.495
	187.246	117.559

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

**7. Contas a receber de clientes**

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes (a)	367.003	364.993
Clientes - parcelamento (b)	10.421	10.083
Pontos arrecadadores (c)	1.278	745
Perdas esperadas de créditos das contas a receber	(303.357)	(299.971)
	75.345	75.850
	71.076	75.850
	4.269	-

Ativo circulante  
Ativo não circulante  
(a) Representa o saldo de contas emitidas, além dos valores fornecidos e ainda não faturados (ajuste por competência). (b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) Referem-se aos agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	19.364	17.050
Faturado	19.364	17.050
Não faturado	37.082	35.892
Vencidas		
Até 30 dias	10.663	10.381
De 31 a 60 dias	4.093	4.413
De 61 a 90 dias	2.750	2.969
De 91 a 180 dias	7.002	8.586
Mais de 180 dias	297.748	296.530
	378.702	375.821

Abaixo apresentamos a movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(299.971)	(272.008)
(+) Constituições	(3.386)	(27.963)
Saldo final	(303.357)	(299.971)

**8. Ativo de direito de uso**

	31/12/2025		31/12/2024	
	Amortização acumulada	Valor líquido	Amortização acumulada	Valor líquido
Imóveis	2.659 (885)	1.774	345 (278)	67

Movimentação do ativo de direito de uso:

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2025
Imóveis	67	2.665	(958)	1.774
	67	2.665	(958)	1.774

Imóveis

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2024
Imóveis	938	46	(9)	(908)	67
	938	46	(9)	(908)	67

**9. Imobilizado**

	31/12/2025		31/12/2024	
	Taxa de depreciação anual	Custo acumulado	Depreciação acumulada	Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	3.821	(2.487)	1.334
Veículos	20%	2.018	(756)	1.262
Máquinas e equipamentos	10%	542	(259)	283
Móveis e utensílios	10%	2.314	(1.473)	841
Benefetorias em imóveis de terceiros	4%	458	(458)	-
Outros imobilizados	10%	151	(151)	-
		9.304	(5.584)	3.720

Movimentação do imobilizado

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas	Depre- ciação	Saldos em 31/12/2025
Equipamentos de informática	1.529	275	(1)	(469)	1.334
Veículos	390	1.026	-	(154)	1.262
Máquinas e equipamentos	162	156	-	(35)	283
Móveis e utensílios	644	333	(11)	(125)	841
Benefetorias em imóveis de terceiros	125	-	-	(125)	-
	2.850	1.790	(12)	(908)	3.720

Saldos em 31/12/2023

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Reclasi- ficação	Depre- ciação	Saldos em 31/12/2024
Equipamentos de informática	1.264	647	(1)	10	(391)
Veículos	125	328	-	-	(63)
Máquinas e equipamentos	174	38	(19)	-	(31)
Móveis e utensílios	604	186	(5)	-	(141)
Benefetorias em imóveis de terceiros	250	-	-	-	(125)
Outros imobilizados	1	-	-	-	(1)
	2.418	1.199	(25)	10	(752)

**10. Ativo de contrato**

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Transferên- cias	Saldos em 31/12/2025
Infraestrutura em construção	63.057	60.546	(40.742)	82.861
	63.057	60.546	(40.742)	82.861

Saldos em 31/12/2023

	Saldos em 31/12/2023	Adi- cões	Reclasi- ficação	Transfe- rências	Saldos em 31/12/2024
Infraestrutura em construção	62.875	37.343	(10)	(37.151)	63.057
	62.875	37.343	(10)	(37.151)	63.057

As transferências ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. Custos de empréstimos capitalizados: Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo o montante de R\$ 10.289 capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 8.372 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

**11. Intangível**

	31/12/2025		31/12/2024	
	Taxa de amortização anual	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	573	(559)	14
Desenvolvimento de projetos		1.354	(1.259)	95
Concessão/Infraestrutura		581.700	(264.249)	317.451
		583.627	(266.067)	317.560

Os valores reconhecidos na linha de concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2025 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Amortiza- ção acu- mulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Captação	1.391	(510)	881	937
Auditor	9.004	(3.367)	5.637	5.963
Estação de Tratamento de Água - ETA	982	(706)	276	319
Reservatório	21.599	(12.465)	9.134	7.615
Booster	15.295	(7.831)	7.464	7.057

**ÁGUAS DE NITERÓI S.A.**

CNPJ 02.150.336/0001-66

opinião de seus consultores jurídicos externos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	49.511	49.822
Trabalhistas	7.122	6.030
Tributárias	172	17
	<b>56.805</b>	<b>55.869</b>

**Cíveis** As ações judiciais de natureza cível têm os seguintes objetos: (i) consumo, totalizando R\$ 28.976 (R\$ 30.845 em 2024) (ii) falta de abastecimento, totalizando R\$ 2.705 (R\$ 4.262 em 2024); (iii) multiplicação de economias, totalizando R\$ 59 (R\$54 em 2024); (iv) serviços de água e serviços de esgoto (vazamentos, obstrução, refluxo), totalizando R\$ 4.737 (R\$ 4.043 em 2024); (v) serviços comerciais, totalizando R\$ 6.011 (R\$ 5.118 em 2024); (vi) responsabilidade civil, totalizando R\$ 3.480 (R\$ 2.910 em 2024); (vii) cobrança, totalizando R\$ 1.528 (R\$ 1.372 em 2024); e (viii) outros, totalizando R\$ 2.015 (R\$ 1.218 em 2024). **18. Partes relacionadas: Remuneração de pessoal chave da Administração.** Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram pagos pela Concessionária o montante total de R\$ 1.941 (R\$ 1.767 em 2024). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

	31/12/2025	31/12/2024
Remunerações	1.481	1.319
Encargos sociais	382	378
Plano de saúde	27	25
Plano de previdência privada	38	31
Outros	13	14
	<b>1.941</b>	<b>1.767</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

**Resumo das transações com partes relacionadas**

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante:		
Créditos com partes relacionadas		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	461	195
Águas de Imperatriz S.A.	-	13
	<b>461</b>	<b>208</b>

**Passivo circulante:**

Obrigações com acionistas		
Dividendos a pagar		
M&G Consultoria e Participações Ltda.	1.259	922
ERG Participações Ltda.	2.145	1.570
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	1.259	922
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	216	158
Synval Filgueiras de Moraes Junior	1.771	1.297
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	2.361	1.728
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Noll	1.771	1.297
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	107.256	78.539
	<b>118.038</b>	<b>86.433</b>
Juros sobre capital próprio		
M&G Consultoria e Participações Ltda.	27	28
ERG Participações Ltda.	46	48
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	27	28
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	5	5
Synval Filgueiras de Moraes Junior	38	40
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	51	53
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Noll	38	40
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	2.317	2.403
	<b>2.549</b>	<b>2.645</b>
	<b>120.587</b>	<b>89.078</b>

**Débitos com partes relacionadas**

Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	3.157	3.032
	<b>3.157</b>	<b>3.032</b>
	<b>123.744</b>	<b>92.110</b>

**Resultado com partes relacionadas**

Custos		
Análises laboratoriais		
Águas do Imperador S.A.	(205)	(179)
Despesas		
Contrato de gestão (Mangement Fee)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	(31.933)	(30.086)
Total resultado com partes relacionadas	<b>(32.138)</b>	<b>(30.265)</b>

Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de peças de reposição ou das prestações de serviços.

oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (*Management Fee*) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. **19. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** O capital social realizado é de R\$ 151.000 em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e está representado por 6.000 (seis mil) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 2.000 (duas mil) ações ordinárias e 4.000 (quatro mil) ações preferenciais.

Posição acionária	Quantidade de ações (unidades)		% Capital
	Ordinárias	Preferenciais	
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	1.900	3.552	5,452 90,8667%
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	40	80	120 2,0000%
Synval Filgueiras de Moraes Junior	30	60	90 1,5000%
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Noll	30	60	90 1,5000%
ERG Participações Ltda.	-	109	109 1,8167%
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	-	64	64 1,0667%
M&G Consultoria e Participações Ltda.	-	64	64 1,0667%
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	11	11 0,1833%
	<b>2.000</b>	<b>4.000</b>	<b>6.000 100%</b>

b) **Reserva legal:** Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c) **Reserva para investimentos:** A Concessionária constituiu reserva para investimentos, no valor de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos. d) **Dividendos e juros sobre capital próprio:** Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2025, foram distribuídos dividendos intermediários no montante de R\$21.944. Além disso, foram destinados juros sobre capital próprio no valor de R\$ 16.000, sendo R\$ 2.400 referentes a imposto de renda retido na fonte, resultando em um valor líquido de R\$ 13.600 para distribuição aos acionistas. Além dos dividendos mínimos obrigatórios, a Concessionária destinou R\$ 24.296 do lucro do exercício para dividendos extraordinários, conforme foi deliberado em assembleia geral extraordinária, em 30 de dezembro de 2025. A destinação do lucro para distribuição de dividendos foi a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido	161.452	137.621
Constituição da reserva legal - 5% (i)	-	-
Base de cálculo dos dividendos	<b>161.452</b>	<b>137.621</b>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	40.363	34.405
(j) Não houve destinação para reserva legal, uma vez que o saldo atingiu o limite de 20% do capital social, em conforme previsão legal. e) <b>Reserva para retenção de lucros:</b> Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Concessionária retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76.		
<b>20. Receita líquida</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Receita de prestação de serviços	707.260	665.954
Receita de construção	60.400	42.472
Cancelamentos	(25.813)	(8.225)
	<b>741.847</b>	<b>700.201</b>

PIS e COFINS sobre serviços prestados

Descontos concedidos	(64.525)	(60.632)
Receita líquida	<b>(3.786)</b>	<b>(4.402)</b>
	<b>673.536</b>	<b>635.167</b>

**21. Custos dos serviços prestados**

	31/12/2025	31/12/2024
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(1.812)	(2.053)
Ônus da concessão	(19.289)	(17.955)
Energia elétrica	(34.603)	(33.082)
Custo de construção	(60.400)	(42.472)
Água	(117.507)	(112.254)
Materiais aplicados nos serviços	(16.973)	(16.105)
Salários e benefícios a empregados	(40.166)	(40.381)
Utilização de imóveis e telefonia	(451)	(368)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(7.265)	(6.726)
Serviços de terceiros	(17.705)	(18.375)
Depreciações e amortizações	(24.198)	(23.747)
Outros custos	(243)	(370)
	<b>(340.612)</b>	<b>(313.888)</b>
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
	<b>(36.567)</b>	<b>(32.302)</b>
	<b>(545)</b>	<b>(591)</b>
	<b>(1.366)</b>	<b>(1.192)</b>
	<b>(48.514)</b>	<b>(53.865)</b>
	<b>(3.572)</b>	<b>(3.816)</b>

**22. Despesas gerais e administrativas**

Salários e benefícios a empregados	(36.567)	(32.302)
Utilização de imóveis e telefonia	(545)	(591)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(1.366)	(1.192)
Serviços de terceiros	(48.514)	(53.865)
Despesas com contencioso	(3.572)	(3.816)

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos acionistas da **Águas de Niterói S.A.**: **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Niterói S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 20 de março de 2026. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F; Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ090174/O

Impostos, encargos, taxas e contribuições	(337)	(152)
Depreciações e amortizações	(800)	(619)
Provisão para perdas esperadas de crédito das contas a receber	(3.386)	(27.963)
Reversão de contingências	372	2.045
Despesas com informática	(4.655)	(4.108)
Outras despesas	(8.202)	(9.450)
	<b>(107.572)</b>	<b>(132.013)</b>
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>

**23. Resultado financeiro**

Receitas financeiras		
Juros sobre financiamentos e notas comerciais escriturais	19.886	11.743
Juros sobre arrendamentos	(1.185)	(896)
Juros e multas vinculadas à operação	5.240	5.308
Variação monetária sobre outros ativos	26	1.327
Ganhos com operações de swap	-	534
Ganho com derivativos	-	45
Outras receitas financeiras	85	346
	<b>24.052</b>	<b>18.407</b>

**Despesas financeiras**

Juros sobre financiamentos e notas comerciais escriturais	(14.212)	(16.622)
Juros sobre arrendamentos	(357)	(59)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(1.753)	(648)
Atualização monetária das contingências	1.181	3.292
Tributos sobre operações financeiras	(1.293)	(703)
Descontos concedidos	(2.089)	(1.446)
Perdas com operações de swap	-	(21)
Perda com derivativos	-	(538)
Outras despesas financeiras	(1.101)	(735)
	<b>(19.624)</b>	<b>(17.480)</b>
	<b>4.428</b>	<b>927</b>

**Resultado financeiro**

**24. Seguros:** O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2025 está apresentada a seguir:

Descrição de seguro	Vigência das apólices	Coertura
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2025 a 31/12/2026	182.741
Riscos operacionais	17/01/2026 a 17/01/2027	75.000
Responsabilidade civil administradores - D&O	27/10/2025 a 27/10/2026	50.000
Garantia de concessão	06/01/2026 a 06/01/2027	14.987
Responsabilidade civil geral	17/01/2026 a 17/01/2027	19.500
Riscos ambientais	22/12/2025 a 22/12/2026	5.000
Garantia judicial	04/03/2025 a 03/03/2031	5.245
Seguro empresarial	23/02/2026 a 23/02/2027	892
Performance Bond	24/10/2025 a 24/04/2026	45.781
Seguro de veículos	17/10/2025 a 17/10/2026	200
Seguro Patrimonial	16/05/2025 a 16/05/2026	20

**25. Transações que não envolvem caixa:** Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 de 2024, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamentos	2.665	38
Juros capitalizados	10.289	8.372
Destinação de dividendos	86.603	86.434
Juros sobre o capital próprio	2.549	2.644

**26. Eventos subsequentes: Encerramento de discussão judicial sobre ICMS – demanda contratada de energia elétrica:** A Concessionária era parte em processo judicial que discutia a incidência de ICMS sobre demanda contratada de energia elétrica, no qual foram realizados depósitos judiciais. Em 23 de fevereiro de 2026, após diligências internas, não logrou êxito na localização da documentação necessária para a quantificação de eventual crédito, circunstância que inviabilizou a instauração das fases de liquidação e cumprimento de sentença, assim como a tentativa de negociação administrativa. Diante disso, a Concessionária formalizou sua desistência de iniciar a liquidação e cumprimento de sentença. Na mesma oportunidade, concordou com o levantamento dos valores depositados judicialmente em favor do Estado, encerrando-se, assim, a discussão judicial. O montante do depósito judicial relacionado ao processo totalizava R\$ 13.602.

**Bernardo Machado Alves Gonçalves - Diretor**  
**Thiago Contage Damaceno - Diretor**  
**Isadora Viceconti Goulart - Contadora**  
**CPF : 126.378.247-78 - CRC/RJ- 138372/O-8**

